



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

*SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO  
DE CELEBRADO EM 29.06.2015, ENTRE O  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO  
CEARÁ E A DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ, VISANDO A  
PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS DA DPGE NO  
DIÁRIO DA JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.  
(PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 8502223-  
21.2019.8.06.0000).*

AD2/CV N.º 174/2015

Por este instrumento, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, doravante denominado simplesmente TJCE, situado no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, Cambéa em Fortaleza – Ce, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 09.444.530/0001-01, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador **WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAÚJO**, doravante denominado TJCE, e a **DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ**, situada na Rua Av. Pinto Bandeira, nº 1111, Bairro Luciano Cavalcante, Fortaleza/CE, neste ato representada pela Exma. Defensora Pública-Geral, **MARIANA LOBO BOTELHO DE ALBUQUERQUE**, doravante denominada **DPGE**, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Convênio firmado em 29/07/2015, atendidas as cláusulas e condições adiante enunciadas.

***Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal***

Fundamenta-se o presente Instrumento:

- a) na manifestação da DPGE, por meio do Ofício nº 048/2019/DPGE/GAB, datado de 15.02.2019;
- b) nas disposições contidas nos artigos 57, inciso II; 65, § 8º, c/c o art. 116, todos da Lei nº 8.666/93, com as suas atualizações;
- c) no Parecer da Consultoria Jurídica da Presidência, datado de 11/06/2019, devidamente aprovado pelo Exmo. Sr. Des. Presidente do TJCE.



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Cláusula Segunda – Do Objeto**

O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do convênio que tem por objetivo regulamentar os termos e condições para que o TJCE publique, em seu Diário da Justiça, os atos judiciais e administrativo da DPGE, por 12 (doze) meses, a partir de 29/06/2019.

**Cláusula Terceira – Do Reajuste**

De acordo com o Cláusula Sexta do Convênio, fica reajustado o valor mensal do convênio em 2,854890%, passando de R\$ 6.136,70 (seis mil, cento e trinta e seis reais e setenta centavos) para **R\$ 6.311,90 (seis mil, trezentos e onze reais e noventa centavos)**, índice referente à variação do IPC-A de jun/2017 a maio/2018, retroativamente a junho de 2018.

Ainda por este aditivo fica reajustado o valor mensal do convênio em 4,658360%, passando de R\$ 6.311,90 (seis mil, trezentos e onze reais e noventa centavos), para os atuais **R\$ 6.605,93 (seis mil, seiscentos e cinco reais e noventa e três centavos)**, índice referente à variação do IPC-A de jun/2018 a maio/2019, a partir de junho de 2019..

**Cláusula Quarta – Da Ratificação**

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato original que não colidirem com as cláusulas ajustadas no presente Termo.

E, por se encontrarem os partícipes de perfeito acordo com as condições e cláusulas sobrecitadas, assinam o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, devendo seu extrato ser publicado no Diário da Justiça Eletrônico.

Fortaleza, 28 de junho de 2019.

  
\_\_\_\_\_  
WASHINGTON LUIS SILVEIRA DE ARAÚJO  
DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

  
\_\_\_\_\_  
MARIANA LOBO BOTELHO DE ALBUQUERQUE  
DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO

Testemunhas:

  
